

CHANTER, Tina. **Gênero: conceitos-chave em filosofia.** Trad. Vinicius Figueira. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

Cremilson Oliveira Ramos (Doutorando, Ciências da Linguagem, Unisul)

Na obra **Gênero: conceitos chaves em Filosofia**, Tina Chanter coloca em questão a conceituação que o gênero adquire na contemporaneidade e os usos que o feminismo faz do mesmo. Por meio de uma reflexão filosófica acerca das formas como o gênero pode ser entendido, a autora nos leva a refletir sobre a instabilidade dessa categoria e o fato de ela estar necessariamente atrelada a outras categorias como classe, raça e sexualidade. Percebemos que a estabilidade do gênero não é mais tão estável quando o analisamos à luz das tecnologias da procriação e da representação midiática na época atual. Chanter aponta para o fato de que o binarismo do feminino e do masculino é um compromisso teórico criado por grupos hegemônicos heterossexuais, brancos e judaico-cristãos que segrega aqueles que não se engajam nesse compromisso. Esse binarismo, segundo a autora, surge com a filosofia moderna, pois “a separação entre mente e corpo feita por Descartes, passou a dar forma à hipótese de que há uma essência interna ou verdade de gênero da qual o corpo é uma expressão. (p. 9)”. O próprio sexo é entendido como um consenso social que determina o gênero, isto é, que funda os conceitos para a inteligibilidade social do gênero coerente.

No capítulo 1, intitulado *Momentos e conceitos formadores da história do feminismo*, ela reflete sobre as contribuições que o movimento feminista pode ter para minar o poder masculino, que é calcado mais na convenção e na opinião do que nas supostas características físicas e intelectuais naturalmente inferiores das mulheres, estabelecendo uma relação de paridade entre as categorias. O feminismo, nesse contexto, deve se policiar para não cair na armadilha de um feminismo universal ao não reconhecer as diferenças de classe, étnicas e sexuais entre as próprias mulheres. Chanter aponta que uma das mudanças mais significativas do papel das mulheres no contexto social foi a conquista do direito ao voto e a partir daí faz uma crítica quanto à questão da igualdade pregada pelo feminismo, pois apenas mulheres de classe média tinham direito ao voto, sendo excluídas as pobres e as escravas. Da mesma forma, a conquista do mercado de trabalho pelas mulheres não representa uma conquista para todas, pois as empregadas domésticas – muitas das quais imigrantes – continuam trabalhando para as

brancas de classe média que de fato detêm o poder do trabalho. A entrada da mulher nesse nicho seria para muitas uma equiparação com o poder masculino. Dessa forma, a autora questiona a brancura invisível latente nos discursos feministas brancos, que serve apenas para reproduzir discursos hegemônicos de poder, segregando e excluindo muitas mulheres de gêneros, classes e etnias diferentes, o que ela chama de “modelo aditivo”. Nesse modelo, a ideologia das feministas brancas é determinante e, para não soar excludente, permite-se que algumas militantes de outras classes e etnias tomem parte nesse grupo, no entanto, sem poder de manifestação. Como a autora sugere, “Construir a raça, o gênero e a classe como categorias, termos, fatores ou vetores ‘entrelaçados’ [...] é evitar tratar esses termos como se tivessem integridade em e por si mesmos, como se eles pudessem meramente ser acrescentados uns aos outros (p. 31)”.

Chanter dedica o capítulo 2 – *Feminismo e marxismo: a utilidade e as limitações dos modelos paralelos* – a uma análise da alienação e do fetichismo da mercadoria presentes no sistema capitalista e das formas como o capitalismo interfere nas relações subjetivas, especialmente no que tange às relações de gênero, étnicas e sexuais. Conforme a autora, as relações interpessoais no contexto capitalistas tendem a ser reificadas. Ao fazer uma abordagem da relação entre marxismo e feminismo, ela afirma que “[...] as mulheres brancas e privilegiadas definem os termos do debate feminista e, conseqüentemente, têm podido ignorar formas de desigualdade social ditadas pela opressão de classe e pela discriminação racial (p. 39)”.

Aqui se argumenta que o casamento entre o marxismo e a categoria das mulheres é um casamento infeliz porque aquele não vê estas dentro da categoria trabalhadora, isto é, na mão-de-obra produtora, mas as coloca dentro da esfera reprodutora, entendida essa como a forma geracional, ou seja, formadora doméstica na preparação dos trabalhadores para a força produtiva (limpa, lava, passa, cozinha), além da função da procriação. Nesse sentido, o marxismo reduz o feminismo a si mesmo. O feminismo só existe pelo marxismo, este sendo a existência última. Ele tende a universalizar os interesses da classe trabalhadora como se essa fosse uma única entidade, desconsiderando que ela mesma se encontra dividida quanto à etnia, à sexualidade e ao próprio gênero. A autora traz vários exemplos dessas desigualdades criadas pelo sistema capitalista, pautado em ideais patrilineares, que atingem as mulheres na esfera trabalhista. Entre eles, podemos citar o salário-família, mecanismo diferenciador da remuneração nas relações de trabalho entre homens e mulheres, promovido pelo patriarcado adotado pelo marxismo e que reforça a posição masculina “dos homens” como responsáveis pela manutenção do lar e da família. Outro fator

agravante são os baixos salários recebidos pelas mulheres tanto nos países em desenvolvimento quanto nos países desenvolvidos. No caso, ainda que residam em países de primeiro mundo e consigam altos salários, esses são inferiores aos dos homens, pois já foram ocupados e deixados por eles devido a promoções para postos melhores. A divisão internacional do trabalho também é um amplificador das desigualdades no trabalho feminino. Com a expansão das multinacionais para países em desenvolvimento, essas buscam mão-de-obra barata, e o trabalho das mulheres novamente é duplamente desvalorizado, quando comparado ao dos homens e ao das mulheres que o desenvolveriam no país de origem das multinacionais. Para a autora, “Cada vez mais, a raça, a etnicidade e a classe social são fundamentais para a orquestração da ‘economia espacial’ da força de trabalho internacional (p. 48)”.

Chanter também traz à tona o problema da invisibilidade do trabalho remunerado pela extensão do que se conhece por trabalho doméstico. Muitas vezes, o sistema patriarcal imprime nos trabalhos artesanais, por exemplo, status de trabalho doméstico, o que desmerece a remuneração das mulheres. Da mesma forma, para o marxismo o trabalho doméstico de preparar o homem para as atividades fora do lar também permanece apagado e, como sugere a filósofa, essa reprodução não é computada na teoria da mais valia, em torno da qual o capitalismo se estrutura.

Ainda nesse capítulo, ela faz uma aproximação entre o feminismo e a teoria lésbica, apontando para os dilemas existentes entre as duas, ainda dentro da perspectiva do marxismo. De acordo com a escritora, o marxismo reduz o sexo à classe, de modo que as mulheres acabam se enquadrando ou dentro da classe trabalhadora oprimida ou dentro do grupo opressor que detém o poder sobre as classes proletárias. Nesse contexto, a análise marxista feita sobre o trabalho doméstico das mulheres que ficariam dentro do primeiro grupo apaga a ideia de que essa forma de trabalho dá lucro ao capitalismo. A análise marxista do feminismo então só dá conta de categorizar as mulheres dentro dessas duas esferas, deixando à margem questões cruciais como as diferenças salariais aviltantes entre homens e mulheres, as promoções no trabalho e as várias discriminações que ocorrem por causa da diferença sexual.

A autora nesse ponto do livro, para argumentar contra a ideia de que o sexo preexiste ao gênero – o que gera o binarismo existente nas desigualdades no trabalho, entre outras – apresenta argumentos favoráveis à manutenção de que o gênero é construto social, cujas marcas são impressas nos corpos segundo interesses de grupos detentores do poder, e questiona a necessidade de uma estabilidade coerente dos corpos, entendendo que tal estabilidade, referindo-se aos corpos de hermafroditas, por exemplo,

é exigida por médicos cirurgiões, ou pais desesperados ao verem a genitália ambígua de seus filhos, e não pelo próprio sujeito que, muitas vezes, ainda não é maduro o suficiente para fazer a escolha do corpo com o qual se sente melhor. Ela também aborda a questão das mulheres lésbicas para discutir se o gênero precede o sexo ou se o inverso é o verdadeiro, chegando à constatação de que “Nossas pré-concepções sobre o gênero predeterminam o modo como vemos o sexo (p. 53)”. Aponta que visionários como Platão, no período clássico, Mill em 1869 e Rose Parks em 1955, entre outros, já colocavam em questão o papel submisso e subserviente das mulheres, alegando que elas tinham plenas competências para o trabalho e para a política como qualquer homem. Ela critica a autora Wittig, afirmando que essa adota um ponto de vista heterossexista ao desconsiderar que as lésbicas estão tão sujeitas às relações patriarcais, e são tão vítimas dessas relações, quanto outras mulheres. Como ela menciona, “[...] mesmo que as lésbicas evitem estar em relação de subserviência com os homens, elas não evitam as normas estruturais, sociais e heterossexistas mais amplas que continuam a sujeita-las à notória discriminação (p. 55).”

Para a escritora, os vários sistemas que servem como categorias analíticas – gênero, classe, raça, por exemplo – acabam ofuscando um ao outro em determinados aspectos quando tentam se sobrepor aos demais. No entanto, é importante entender que eles são complementares, isto é, estão entrelaçados, cada um sendo imprescindível para a análise da dinâmica das relações interpessoais. Além disso, tentar explicar os problemas de gênero apenas por meio da lógica do capital do materialismo não dá conta de explicar a dinâmica cultural de tais relações se forem deixadas de lado outras lógicas como a do colonialismo, que ainda hoje deixa marcas nos corpos dos sujeitos, principalmente daquelas etnias marginalizadas como os indígenas, os negros, os latinos, entre outras. A questão da raça, nessa perspectiva, não pode ficar fora das discussões de gênero porque, dependendo do local em que uma mulher se encontra, a raça pode ser usada em seu favor, o que não é o caso de uma mulher negra, lésbica, imigrante em um país do norte europeu, por exemplo. Nesse contexto, a raça seria motivo de exclusão, ao passo que, por ser branca, uma mulher nesse mesmo país teria algo em seu favor.

No capítulo três – *Disciplinar, controlar e normalizar a sexualidade feminina com Foucault e as amigas feministas: corpos dóceis e resistentes* – a autora discorre sobre o poder disciplinador que age sobre os corpos femininos, partindo dos estudos de Foucault sobre disciplina e controle e quanto à forma como as feministas se apropriam dessa teoria. A autora parte da crítica à inculcação do que é ser feminino por meio da mídia especializada em assuntos concernentes às práticas femininas, que

subsequentemente agem na produção e reprodução de seus corpos e os entendimentos que daí se despreendem sobre os modos de subjetivação do sujeito feminino. Ela aponta para o fato de que a mídia exerce grande influência sobre a mulher, tentando torná-la dócil e domesticada por meio da criação e da difusão de práticas que passam a ser entendidas como femininas – coisas de mulher, usando uma linguagem mais popular – que, em certo sentido, estariam a favor do domínio masculino. Segundo a autora:

As mulheres são estimuladas a usarem salto alto, são treinadas para que apliquem maquiagem do jeito certo, são destruídas emocionalmente, com frequência a ponto de chegarem às lágrimas, até que percebam o quanto estiveram erradas e estejam prontas para serem novamente iluminadas, reconstruídas e ganharem nova forma, como receptáculos coniventes da moda, um cujos corpos é inscrita a mensagem da sexualidade patriarcal, heterossexual e normativa. (p. 68).

Esse tipo de construção ideológica, ao ser reproduzido pelos atos discursivos, ganha status de naturalidade ao longo do tempo, sendo de difícil desconstrução. É por meio da necessidade de equiparação da mulher aos outros sujeitos de seu grupo que a repetição dessas práticas ganha sentido, e aqui, mais uma vez, percebe-se o caráter performativo do gênero, uma encenação em que os atores sociais se engajam, movidos por um desejo interno que, não obstante, mostra seu caráter exterior, ou seja, que ele é fruto de um poder coletivo exercido por trás dos bastidores da encenação. Para Chanter, o poder “[infiltra-se] entre os mínimos espaços do nosso corpo, o poder é múltiplo, situacional, relacional, estratégico e variegado. O poder está em todo lugar, nos bolsões de resistência, assim como nas políticas representativas (p. 70).”

A autora nos chama a atenção para o fato de que o poder pode ser exercido por um grupo privilegiado socialmente contra uma minoria, mas que dentro dessa própria minoria alguns sujeitos também são detentores de poder e podem usá-lo para reprimir o outro. Ela exemplifica esse quadro com a mulher branca reprimida pelo sistema patriarcal, mas que, inversamente, também pode reprimir outras mulheres: a negra, a latina, a branca doméstica, a lésbica, entre outras. Isso pode ocorrer porque, de forma voluntária ou involuntária, as mulheres podem se filiar àquele sistema e, nessa encenação, talvez, estaria a explicação para a afirmação de que algumas mulheres são tão machistas quanto os próprios homens.

O poder dentro dessas práticas, então, pode ser percebido como um poder que se torna endógeno ao mundo feminino, perdendo sua essência externa ao se internalizar que tais práticas femininas são naturais, ao invés de construídas. Qualquer tentativa de reflexão ou de pôr em questão o que é *ser mulher* pode ser entendida, dentro de uma perspectiva feminista conservadora ou alienada, como uma tentativa de minar o espaço conquistado pelas mulheres.

No contexto midiático de construção dos corpos, as práticas ditadas para o corpo feminino seguem, em certa medida, os mesmos rituais das práticas usadas na fabricação de corpos nas escolas, nas prisões, nas fábricas, entendidas como instituições disciplinadoras, quando as interpretamos a partir de uma perspectiva foucaultiana. Nesse sentido, as forças que operam para disciplinar e domesticar os corpos das mulheres operam dentro de uma heteronormatividade feminina, buscando tornar real uma fantasia de mulher ideal. Ainda que os ideais de beleza se difundam entre as mulheres aparentemente como se a categoria fosse uniforme, não se pode entender que todas as mulheres se assujeitem – ou sejam sujeitadas – da mesma forma. Paralelamente à análise do gênero é fulcral que se considerem os problemas da etnia, das sexualidades, da classe social a que elas pertencem, pois o conceito de mulher não pode ser estendido a todas as mulheres se não dá conta de abranger todas essas questões, que são determinantes para a compreensão da construção dos sujeitos. Além disso, essa perspectiva permite pensar o feminismo não somente dentro de concepções racializadas brancas sobre as mulheres, o que Chanter tenta desmistificar nessa obra.

Nesse sentido, ela aborda principalmente questões relacionadas às consequências da escravidão sobre as afro-americanas, apresentando uma possível genealogia para os binarismos de gênero na contemporaneidade. Para a escritora, o ideal de pureza e delicadeza imposto às mulheres brancas no período vitoriano, seguidos pela sexualidade na medida certa e moralidade baseadas em princípios religiosos, serviu de base para a construção inversa da imagem da mulher negra, isto é, a sexualidade exacerbada e a naturalidade com que o sexo era visto e negociado por essas mulheres, bem como as formas acentuadas de seus corpos, eram caracterizados como depravação, pois não se ajustavam aos padrões hegemônicos. Percebe-se que o ideal eurocêntrico de um sujeito bom e casto se projetava sobre os negros sujos e impuros. Ainda assim, é importante salientar, os senhores brancos não deixavam de fazer visitas extraconjugais às escravas – para não falar do estupro de muitas mulheres negras – com tinham muitos filhos bastardos, como se relata, por exemplo, na própria história da formação étnica brasileira. Essa mesma aversão que oculta um desejo latente do europeu pela excentricidade africana também pode ser observada em Stam a Shohat (2006), bem como se pode entender as origens da associação da cor preta a questões segregacionistas e exclusivistas na Genealogia de Moral de Nietzsche.

Chanter traz para a discussão o conceito de abjeção, de Julia Kristeva, apoiando-se na teoria psicanalítica para tentar compreender os processos de negação e repressão subjacentes às práticas segregacionistas. A abjeção é:

Uma tentativa provisória de separação, mesmo antes da conscientização e do inconsciente, ou do *self* e do outro, a abjeção é uma maneira de territorialização do mundo, dividindo-o em seções que sejam administráveis, ao mesmo tempo em que descarta aquilo que fica fora dos limites do administrável como lixo. (p. 77).

A abjeção, então, corresponderia à exclusão e a negação do Outro que não se conforma às normas nas quais eu me constituo como sujeito. Para me nomear como “eu”, preciso me comparar ao Outro e, quando as práticas dele são estranhas às minhas, isto é, não me reconheço dentro daquelas práticas, pois sou incapaz de negociar com elas dado minha condição de sujeito moldado dentro de normas específicas, divergentes da prática do outro, sinto-me ameaçado por elas. Observa-se aqui um diálogo com Butler (2002) que, ao discutir sobre a aversão heteronormativa à homossexualidade, afirma que o abjeto é aquilo que foi expulso do corpo e assim tornado Outro, assim como na expulsão dos excrementos que são rejeitos daquilo que não serve mais ao corpo. Nessa expulsão, o objeto se torna estranho ao corpo, “alienígena”, nas palavras da autora, mas é a própria expulsão que cria o alienígena, que, para ser reconhecido enquanto tal, precisou passar pelo processo do reconhecimento. Para se afirmar como sujeito, é preciso reprimir o Outro, suprimi-lo – destruí-lo, num ato de abjeção mais extremo. Nessa diferenciação, circunscrevem-se os limites do corpo da mesma forma em que se delimitam os limites da subjetividade.

No capítulo 4 – *Epistemologia feminista: ciência, conhecimento, gênero, objetividade* – Chanter critica o conhecimento científico e a objetividade de seu método com a qual ele afirma analisar o mundo e os fatos. As interpretações dadas por essa forma de conhecimento são questionadas, bem como a política usada nas interpretações feitas pelos sujeitos cognoscentes, isto é, detentores do saber científico e defensores da razão. A crítica se inicia por meio da leitura do Conto do Monge Desafortunado, em que o ato de necrófilia suscita a interpretação contemporânea de que o estupro, na história, foi apagado pelas leituras feitas por cientistas e filósofos (homens). Para a autora, a tarefa do filósofo deveria ser justamente desmistificar as fantasias instituídas pelos discursos autoritários que usam a razão para justificá-las como reais. A crítica à filosofia se pauta na ideia de que ela busca colocar os indivíduos todos dentro de uma mesma concepção de sujeito, relegando as diferenças a meros incidentes ou contingências que não devem ser considerados, pois essas não se enquadram ao ideal de sujeito universal defendido pela epistemologia. Em suas palavras, “Não só as diferenças entre indivíduos são consideradas irrelevantes para as finalidades do conhecimento, mas, como resultados da abstração de circunstâncias diferenciais, algumas maneiras de conhecer são privilegiadas em detrimento de outras (p. 85)”. A abordagem da autora nos permite

deixar de pensar o sujeito/corpo como algo a-histórico, mas constituído socialmente dentro de diferentes temporalidades. Nesse sentido, podemos entender que os corpos excêntricos são marginalizados em virtude da existência de um pensamento científico unilateral, ou de uma razão absoluta, que tende a tornar universais os resultados positivos e concretos da experiência, inculcando-os como verdades no imaginário coletivo. Chanter, pautando-se em autores como Habermas e Kuhn, deixa claro que as teorias propostas pela ciência não são neutras ou não deixam de apresentar julgamento de valor, isso porque na contemporaneidade é inegável a interferência subjetiva dos pesquisadores e cientistas nos métodos empregados e na manipulação dos dados, portanto, os resultados nunca são totalmente objetivos.

Nesse questionamento ao método científico, a autora traz à tona o problema de o pensamento feminista ser possível sem se considerar que ele é perpassado pela raça, classe ou cultura. Esse tipo de problematização almeja que a filosofia feminista não se direcione rumo a mais uma forma de essencialismo. Ela também aponta para o fato do excesso de relativismo em algumas teóricas feministas, o que pode causar tanto problema quanto teorias universalistas. Nesse sentido, para as feministas pós-modernas, não se trata apenas de olhar a situação a partir da perspectiva de grupos minoritários de mulheres, pois o poder tende a ser estendido e dividido dentro dos próprios estratos sociais. Ao se fazer uma análise crítica das posições ocupadas pelas mulheres dentro das categorias anteriormente mencionadas, é premente usar uma visão de pássaro, isto é, avaliar ambos os lados sem tomar partido necessariamente de um deles, pois há uma forte tendência de provocar, dessa forma, um deslocamento do poder para outro grupo, originando uma nova hegemonia. Assim, Chanter propõe uma revisão da epistemologia a partir de uma epistemologia feminina que não busca apenas recuperar o tempo perdido e incluir as vozes das mulheres que foram silenciadas no discurso científico e por ele. Porém, para tanto, é necessário que o feminismo se torne permeável a outras categorias, pois sexo, gênero, classe e raça estão indivisivelmente interligados.

Como a filosofia, segundo a escritora, não se interessa pelo estudo do corpo como sendo relevante para o entendimento das subjetividades e suas interferências no pensamento racional, as feministas se apropriaram dessa falha para tentar combater o pensamento cartesiano que separa corpo e mente, propondo dessa forma uma ética do cuidado e do afeto, a partir do conhecimento do outro, pois é na interação que nos constituímos como sujeitos.

A autora inicia o capítulo 5 – *Teoria feminista pós-colonialista: o embate retórico entre o “Oriente” e o “Ocidente”* – confrontando o discurso pós-colonialista

com os relativistas nacionalistas dos países colonizados, contextualizando-os com a noção de subalternidade para discutir a posição social das mulheres desses países. Em suas palavras, “[...] um feminismo que ignora a questão da mulher subalterna está implicado em ‘um gesto político não reconhecido com uma longa história e que colabora com o radicalismo masculino que considera o lugar do investigador transparente (p. 115).’” Argumenta que precisamos superar a dicotomia existente entre o Oriente e o ocidente, mostrando que a tendenciosidade em menosprezar o oriente é tanto um discurso criado pelos ocidentais quanto pelos próprios orientais, quando esses, mesmo que inadvertidamente, afiliam-se aos discursos daqueles. Nesse sentido, as feministas do chamado terceiro mundo, de certa forma, são obrigadas e compactuar com ideais femininos brancos, pois o mundo ocidental ainda se apresenta aos orientais com seu discurso de salvação, de libertação das mulheres oprimidas pela cultura patriarcal terceiro-mundista. Para exemplificar tal fato, Chanter traz o problema do ritual de imolação de viúvas na Índia em devoção ao amor por seus maridos, o que é interpretado pelo pensamento ocidental como culturalmente pernicioso às mulheres daquela cultura. Assim, o barbarismo do colonialismo projeta-se de forma latente sobre aqueles que são alvo de sua moralidade, uma dominação sob a máscara da salvação, que mostra o tendencialismo europeu em descrever o Outro como marginal.

Nesse sentido, o ideal colonialista se apropria de questões de gênero isoladas no terceiro mundo para justificar sua “intervenção” na opressão sofrida por mulheres, prometendo um padrão de vida comparável ao das ocidentais. Isso, no entanto, suscita a aversão dos ex-colonizados nacionalistas ao feminismo, dado que se trata de um pensamento ocidental, e tudo que é ocidental – e não é decodificado para os usos e práticas dos orientais, isto é, não servem a seus propósitos – é visto como pernicioso. A autora cita Spivak como uma das feministas mais importantes do terceiro mundo, a qual se inspira nas obras de Derrida.

Spivak é vista como uma feminista que se esforça constantemente em sua teoria para não se deixar influenciar pelos contextos sociais analisados e impingir neles a idealização do pesquisador. Ela tem plena consciência que, ainda que fale em nome das pessoas de seu país, ou de outras formas subjetivas subalternas, ela é alguém entre eles que teve certos privilégios, como, por exemplo, a possibilidade de se intelectualizar na Europa e na América do Norte. A própria dominação de uma língua hegemônica já a coloca em uma posição dominante social e culturalmente. Isso quer dizer que é de fundamental importância para a análise o afastamento do objeto de estudo, sob o risco de ele ser influenciado pelo cientista, o qual não é transparente e, como diz a autora, não

está “[...] imune à sua própria implicação nos próprios sistemas de pensamento que critica (p. 109).” Chanter também critica alguns pensadores como Foucault e Deleuze, alegando que eles, após conquistarem reconhecimento intelectual e seu direito de serem ouvidos, compactuam para certo silenciamento dos outros, como por exemplo, sua desatenção em problematizar a má remuneração dos trabalhadores nas multinacionais, mão-de-obra essa que sustenta a existência luxuosa de tais intelectuais. Segundo a autora, “[...] o intelectual cai na armadilha de representar a si mesmo como um recipiente ‘transparente’, capaz de transmitir alguma verdade transcendente incontestável (talvez espiritual) (p. 119).” Essa transparência compactuaria para os sistemas reprodutivos exploradores existentes no terceiro mundo.

No sexto capítulo – *A teoria psicanalítica e pós-estruturalista e as respostas deleuzianas* – Chanter examina as teorias da subjetividade em autores como Nietzsche, Hegel, Lacan, Saussure, Spinoza, Deleuze e Guatarri, aproximando-os de autores feministas como Gatens e outras, buscando confrontar posicionamentos feministas estruturalistas com pós-estruturalistas. Da mesma forma como fez Butler (2002), a autora analisa as concepções dualistas entre o significante e o significado em Saussure, o semiótico e o simbólico de Julia Kristeva, aproximando-os do complexo de Édipo de Freud, que representaria o momento da separação entre a criança e o corpo materno, momento esse em que a sexualidade seria determinada. Nesse contexto, a lei paterna e suas normas, como meios de dominação masculina, determinariam a hegemonia da heterossexualidade. Assim, no complexo de Édipo, ao entrar no mundo da linguagem e se perceber sujeito, a criança passaria por um processo de castração, o que representa a separação do Outro, no caso a mãe, e de onde surgiria posteriormente o processo de reconhecimento do Outro e, conseqüentemente a afirmação da sexualidade hegemônica por meio da legibilidade de sujeitos centrados e a inteligibilidade daqueles que não se conformam às práticas determinadas pelo poder patriarcal. Nesse sentido, a autora também aborda a questão do falocentrismo na determinação das relações simbólicas de poder entre homens e mulheres, sendo a detenção do falo pelos homens um significante de poder, enquanto a ausência dele nas mulheres representaria incompletude e dependência da figura masculina.

Ao analisar Kristeva, Chanter observa em seu trabalho a função da arte como potencializadora da emancipação humana, no sentido de que ela permite ao homem revisitar o momento em que ele transita entre o animal e o cultural, saindo da natureza para entrar na humanidade. A separação entre a animalidade e a humanidade é revivida nas manifestações artísticas, que segundo Kristeva, “[...] se dão em torno do sacrifício

do pai pela horda primitiva, um sacrifício que, de acordo com Freud, funda a cultura, são capazes de mimetizar, ou reinterpretar a mudança histórica da pré-história à sociedade (p. 129).” É nesse interstício que podemos buscar aporte para a sustentação de que a vida psíquica do homem se funda em suas práticas construídas socialmente, pois antes de ser um ser social, ele necessariamente é um animal. É importante ressaltar que nem toda prática artística tem potencial para a ruptura com a lei simbólica, dado que muitas delas servem para reforçar ideais hegemônicos, domesticando-os e conseqüentemente colocando-os na esfera do universal.

Chanter aponta para o fato de que “uma” lei simbólica acaba se estabelecendo como “a” lei simbólica, tendendo à universalização. A universalização da heterossexualidade normativa surgiria por meio do tabu do incesto em que a detenção do poder pela lei paterna delimita o corpo feminino por meio da estilização inculcada, estabelecendo as fronteiras que direcionariam os sujeitos para o desejo heterossexual.

A autora chama a atenção para a construção da ordem simbólica falicizada no pensamento ocidental, que é um entrave ao pensamento feminista e à emancipação das mulheres. Em suas palavras, “O sexo opera como o termo hierárquico de uma “oposição binária” que afirma a relação de poder entre o sexo e o gênero, mais do que a desloca (p. 134).” Nesse sentido, o caráter artificial das oposições binárias, ao ser questionado, mostra o propósito e a situação de sua criação. As ideias de homem e mulher são efeitos dessa construção e não fatos ou realidades. Ao abordar o entendimento que Derrida tem sobre o feminismo, a autora apresenta os conceitos de *reversão* e *deslocamento* como possibilidades para a mudança da ordem social dos binarismos instituídos entre homem e mulher, sexo e gênero. Porém, o próprio Derrida se mostra incerto quanto ao surgimento de um novo conceito de mulher com base nessas tentativas de subversão, uma vez que reversão total, ou seja, a tomada de poder pelas mulheres, apenas representaria uma inversão dos polos, isto é, a manutenção de um grupo por meio da marginalização de outro. Nas palavras da autora, “o feminismo deve permanecer constantemente vigilante de modo que não se torne outra forma de dogmatismo, não meramente copie o tipo de autoridade que busca pôr em questão, não se transforme em um novo tipo de camisa de força (p. 136).”

Chanter ainda menciona o problema de a psicanálise ficar presa a modos de análise ultrapassados, como no caso do complexo de Édipo, questionando sua capacidade de renovação, pois o inconsciente não é uma brincadeira de papai e mamãe. A psicanálise é uma teoria excludente, pois, segundo Deleuze e Guatarri, apresenta uma dívida sem fim quanto ao entendimento sobre as forças que regem a vida social e a

criação de conceitos que explicam o mundo. Segundo a autora,

A concepção espinhoso-deleuziana dos corpos, das congregações e do papel dos afetos e da imaginação dá surgimento a uma maneira mais adequada de pensar o sexo e o gênero, uma maneira que está mais de acordo com os avanços tecnológicos recentes por meio dos quais passar de um sexo a outro tornou-se possível, e os conceitos de sexo e gênero são construídos como fluidos e maleáveis, como parte de um nexos que é apenas um aspecto de entidades e relações complexas (p. 144).

Assim, é o encontro com o objeto que causa o estranhamento que nos coloca a pensar, o contingente, o incomum. Isso nos leva a refletir sobre a influência que a repetição de práticas corporais impostas aos corpos sob a forma de estilos idealizados que, ao longo do tempo se cristalizam como normais, têm sobre o nosso pensamento. Até que ponto somos donos de nossos atos e conscientes de nossas ações? Como exemplo, a autora coloca em debate o problema da bulimia, argumentando se se trata de patologia ou de um reflexo das exigências de corpos femininos estilizados, o que mostraria a força que o papel dos valores coletivos tem sobre a vida psíquica dos sujeitos. Ao questionarmos essas práticas, no caso, de um ideal ocidental de mulher, posicionamo-nos em uma perspectiva subversiva em relação à ordem hegemônica.

A autora também busca em Deleuze o modelo rizomático de pensamento e a ideia do *vir a ser* do sujeito humano. O modelo rizomático se contrapõe ao modelo arborescente de pensamento no qual as construções das ideias sobre os mundos são feitas a partir de pontos fixos e não lineares, que lembram às raízes das árvores. O modelo rizomático seria mais adequado, para Deleuze, porque o rizoma é um conjunto de pontos interconectados e entrelaçados em que não se pode detectar seu início e seu fim. Nesse modelo, o ser humano é entendido como um constante vir a ser, ou seja, ele não é pré-determinado, segundo as concepções estruturalistas preconizam, mas está em constante transformação e, no contato com o outro, o sujeito é descentrado pela alteridade do outro. Cabe ressaltar que, no plano do pensamento, Deleuze não separa necessariamente a mente do corpo. A mente não é algo descorporificado que se encontra no plano da transcendência, o qual é binário e busca organizar o mundo por meio de sua fixação em lugares próprios e adequados. Ela está no plano da imanência, que é múltiplo e rizomático. A filósofa busca ressaltar o fato de que os conceitos sobre o ser e o pensamento são a todo momento criticados, retomados, renovados e transformados pelos filósofos e que a mudança nos poderes políticos acarreta uma nova visão de como os corpos são percebidos, como as diferenças são negociadas

Para concluir a obra, Chanter recapitula que a teoria feminista se opõe ao conceito de que o sexo opera sobre o gênero determinando-o e, por conseguinte,

estabelecendo as relações sexuais coerentes, e que quando as bases biológicas do comportamento sexual são minadas, somos capazes de perceber que o sexo, que até então era concebido como algo inato e imutável, é de fato uma representação que se fixa longo do tempo no imaginário social. Ela também nos relembra do problema da legalidade consentida pelos governos, culturas e leis quanto ao estupro, que projetam discursos masculinistas que tendem a transformar a mulher em um objeto de uso sexual para os prazeres instintivos, incontrolláveis e, por isso, justificáveis dos homens. Além disso, retomando o problema das distinções de categorias para a teoria feminista, ela enfatiza que “Raça, gênero e classe não forjam automaticamente conexões entre as pessoas (p. 161).” Por isso, para que de fato a teoria feminista passe por mudanças significativas, ela deve se tornar mais inclusiva, além de problematizar a história racista que permeia o feminismo, principalmente quanto às diferenças existentes entre a própria categoria das mulheres, com vistas à criação de comunidades que consigam interagir, pautando-se em ideia de respeito e aceitação das diferenças.

### **Referências Bibliográficas**

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and Subversion of Identity**. New York: Taylor and Francis e-Library, 2002.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Schwarcz, 2009.